

O ESCRAVISMO NO BRASIL COLONIAL: A INTERPRETAÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ

Milton Carlos Costa
milton.carlos.costa@hotmail.com
Prof. Doutor da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Assis

Nelson Werneck Sodré pode ser considerado como um dos mais importantes historiadores-intérpretes do Brasil do século XX. Desde seu trabalho inicial *História da literatura brasileira* (1938) ele procurou submeter a uma análise rigorosa, que alia erudição e preocupação teórico- metodológica, praticamente todos os aspectos da formação social brasileira.

Nesta comunicação, nos ateremos à sua visão da escravidão no Brasil-colônia, recuperando os traços desta última tal como aparecem em dois de seus trabalhos ¹.

Começemos pelo livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Tratando do indígena, o historiador mostra como as relações cordiais iniciais destes com os portugueses foram subvertidas quando os portugueses instalaram o processo de colonização e procuraram escravizar o indígena. Este reagiu com todas as forças de sua cultura à produção escravista à qual se procurava incorporá-lo e foi submetido a uma destruição sistemática.

Passando ao estudo da cana de açúcar na colônia e de seu processo de expansão o autor observa que a introdução do escravo africano na nova área colonial, pelo tráfico negreiro, exigiu dispêndio importante de capital e provocou a concentração da propriedade de terras e a aristocratização da sociedade baseada na cultura açucareira. O açúcar será transformado em produto direcionado aos mercados da Europa e distribuído pela Coroa lusitana em regime monopolista.

Na atividade do açúcar aparecem duas faces de caráter distinto: internamente a face produtiva, marcada pelo trabalho escravo e a grande propriedade; externamente, a face comercial, estabelecida em regime monopolista.

Os problemas relacionados à escravidão no Brasil colonial aparecem trabalhados de maneira concentrada pelo historiador no capítulo relativo ao trabalho escravo e ao tráfico negreiro.

¹ *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
Formação histórica do Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

A expansão ultramarina trouxe o tráfico de escravos para o primeiro plano, tornando os cativos uma das mais importantes mercadorias da época. O fenômeno súbito da colonização deu um impulso extraordinário ao tráfico negreiro transformando-o em atividade de primeira importância em termos comerciais. A escravidão surge como importante fator nas áreas onde a colonização se torna indispensável, onde é necessário construir uma estrutura produtiva desde as bases e deste modo o regime escravista impulsiona o tráfico negreiro.

As forças promotoras do desenvolvimento capitalista foram obrigadas pela expansão ultramarina e pela colonização à transigência com o trabalho escravo como peculiar às colônias, que estava destinado a transformá-las em elementos subordinados da constituição da economia capitalista. Estas forças conduziram o tráfico negreiro a uma organização extrema e o tornou um dos elementos da acumulação que se desenvolvia.

O escravo constituía a mercadoria cujo preço era o mais elevado entre os introduzidos nas áreas coloniais sob domínio da coroa portuguesa. Com o tempo os capitais portugueses investidos no tráfico negreiro foram reduzindo sua participação nele, ao passo que na fase final ele era dominado pelos ingleses.

O regime escravista implantado na colônia deve ser objeto de estudo dos historiadores, pois foi sobre ele que se ergueu a estrutura produtiva decorrente da necessidade que se impôs aos portugueses de efetivar a colonização do Brasil colonial.

As fontes para tal estudo são amplas embora prejudicadas na maioria dos casos pela ausência de clareza e método.

Embora a escravidão constituísse o elemento básico da estrutura produtiva da colônia, não foi o único regime produtivo existente, devendo o estudioso atentar para as diversidades da estrutura produtiva colonial.

A influência cultural do regime escravista foi profunda estendendo-se aos campos mais diversos como as crenças religiosas e o idioma e tem sido investigada de forma ampla em estudos variados em valor e método.

Passaremos agora à consideração do escravismo em outra obra do historiador, *Formação Histórica do Brasil*. Analisando “o investimento inicial” diz o autor que a colonização tinha como finalidade a produção de um excedente econômico. A produção colonial não deveria surgir somente do emprego dos braços dos colonizadores, mas de outros muitos braços. O que exigiu o trabalho escravo do elemento africano, já habituado ao escravismo. Trabalho escravo e exploração colonial tornaram-se sinônimos e constituíram fatores inseparáveis de um só processo. No caso da colonização do Brasil o sistema de produção criado implicou em transplantação de elementos humanos.

A exploração colonial será caracterizada em termos fundamentais pelo problema do trabalho. O investimento inicial tinha como parte integrante o escravo. Era a quantidade de escravos e não de terras que definia a riqueza dos senhores coloniais. O único meio de conseguir escravos era pela compra – e eles não eram baratos.

A questão fundamental era possuir ou não possuir escravos. O prestígio dos senhores media-se unicamente pela posse de escravos. Na colônia o trabalho impunha-se, de forma inexorável, sobre quaisquer outros fatores.

O historiador trata mais diretamente da questão da escravidão no Brasil-colônia no capítulo dedicado à “caracterização escravista”.

Na colônia brasileira foi impossível aproveitar a mão-de-obra do indígena como escravo para a produção de açúcar. Esta se destinava ao mercado externo. O regime de produção escravista é estabelecido nela quando a produção e a troca de mercadorias já haviam atingido uma etapa superior a nível mundial e servirá ao desenvolvimento desta fase.

A produção de caráter escravista estabeleceu-se em grandes domínios e constituiu-se em elemento dinâmico deles.

No Brasil colonial a produção dava-se em redoma, pois como não existia mercado interno, era “fechada por dentro”, mas era igualmente “fechada por fora”, porque a Metrópole através do monopólio comercial controlava a circulação da mercadoria produzida.

O problema da produtividade foi dos mais graves e menos estudados entre aqueles gerados pelo regime escravista da colônia. Era inegável a baixa produtividade do escravo. Como diz Sodré, “trata-se aqui de produção em grande escala, submetida à monocultura, arrimada em técnicas primitivas e deficientes, fundada em mão-de-obra numerosa mas qualitativamente inferior, em que o escravo não é visto como indivíduo mas como multidão.”

É somente devido ao seu caráter colonial que o escravismo estabelecido na colônia brasileira consegue figurar ou competir no mercado. Em outros termos, isto ocorre, porque o açúcar é produzido em regime de monopólio; numa área em que o valor da terra para a agricultura era nulo. Finalmente a produção escravista estabelecida na colônia ocorria numa área subsidiária, a qual fornecia o produto que as áreas consumidoras adiantadas não tinham interesse em produzir ou não podiam fazê-lo.

No capítulo “montagem da colonização” o historiador diz que Celso Furtado negou que a colônia tenha sido feudal, defendendo o caráter escravista da mesma e procurando, explicar como este regime era hermético. Sodré concorda com Furtado que o modo de produção escravista é aquele com o qual teve início a existência colonial do Brasil.

A produção açucareira caracterizou-se em sua estrutura escravista por três elementos que afetaram e condicionaram sua produtividade: o fato da terra nada valer inicialmente, o regime monopolista comercial e a situação de colônia, de área complementar de produção em que foi transformada “pela divisão mundial dos mercados”.

A área produtora de açúcar – ao contrário da de São Vicente, que permaneceu como colônia de povoamento – contou com um importante investimento inicial e nela foi montada uma estrutura produtiva sólida em ligação como capital comercial.

Referências Bibliográficas

SODRÉ, Nelson Werneck. ***O que se deve ler para conhecer o Brasil***. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____ ***Formação histórica do Brasil***. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.